

O Eu e a existência em Pascal

*Ivonil Parraz**

Resumo: O “eu penso” solitário de Descartes é fonte inspiradora para Pascal. Mantendo-o em sua solidão, o autor ressalta a dificuldade de, pela razão, estabelecer algum vínculo entre Deus e o homem. As cesuras entre o eu e Deus, resulta, em Pascal, na impossibilidade de estabelecer objetivamente a existência do eu no tempo. Nosso objetivo neste artigo é sublinhar tais questões.

Palavras-chave: Contingência, Deus, Existência, Eu penso

Résumé: “Je pense” solitaire de Descartes est source inspirée pour Pascal. En le maintenant dans sa solitude, l'auteur rejaillit la difficulté de, pour la raison, établir quelque lien entre Dieu et l'homme. Les cesuras entre moi et Dieu, résultent, dans Pascal, dans l'impossibilité d'établir objectivement l'existence de moi dans le temps. Notre objectif dans cet article est souligner telles questions.

Mots-clé: Contingence, Dieu, Existence, Je pense

Sinto que posso não ter existido; pois o eu consiste no meu pensamento: portanto, eu, que penso, não teria existido se minha mãe tivesse morrido antes de eu ter sido animado: portanto, não sou um ser necessário. Não sou também eterno, nem infinito; mas vejo bem que há na natureza um ser necessário, eterno e infinito (B. 469; L. 135).

O tema central desse fragmento é, à primeira vista, o da existência do eu e de Deus. Pascal, em momento algum, vincula a existência do eu a Deus. Assim como para Descartes, também para Pascal, o eu consiste no pensamento. Todavia, diferentemente de Descartes, Pascal não toma o pensamento (idéia) como ponto de partida para chegar à existência divina. A existência do eu, que pensa, deve-se ao puro acaso: a minha mãe não morrer antes de eu ter sido animado. Por que Pascal sublinha o eu que pensa, posto não partir do pensamento para estabelecer algum vínculo com Deus e, com isso, sustentar a existência do eu além do mero acaso? Qual a razão que leva o autor a introduzir o acaso em um tema caro à tradição

* Professor de Filosofia na Faculdade João Paulo II, FAJOPA (Marília/SP). *E-mail:* parraz@uol.com.br. Artigo recebido em 24.08.2007, aprovado em 11.12.2007.

metafísica – os próprios termos: necessidade, eternidade e infinitude empregado por ele, atestam o tema essencialmente metafísico-, posto em evidência por Descartes? Enfim, qual o sentido da cesura entre a existência do eu e a de Deus?

1 O eu e a existência em Descartes

A trajetória do eu, em Descartes, começa no ato mais solitário que ele pode realizar: o ato de duvidar. Ao escolher duvidar, o eu se coloca em uma fragilidade tamanha que o abismo do nada (não-ser, aparência, sem substancialidade alguma) o ameaça a todo o momento. Esse abismo do nada pode tragar o eu a todo instante, pois na dúvida, o eu pode não colher a si mesmo em uma identidade. É nesse caminho doloroso da dúvida, que o eu se descobre como puro pensamento. O eu que duvida é, por isso mesmo, um eu que pensa, uma vez que duvidar é também pensar. “Que é uma coisa que pensa? É uma coisa que duvida” (Descartes, 1973, p. 103). Duvidando, o eu pensa. O eu que pensa porque duvida, colhe a si mesmo como puro pensamento. O eu é então idêntico ao pensamento. Ora, se o eu é idêntico ao próprio pensamento, deixar de pensar implica em deixar de ser. Com efeito, Pensar é um atributo que pertence necessariamente ao eu (ser pensante). O ato de pensar revela o que é o eu. Logo, o eu é um ser pensante, ou seja, existe como puro pensamento.

Descartes se descobre como uma substância pensante, um eu que existe como pensamento. Essa substância pensante, colhida no próprio ato de pensar, só pode existir enquanto estiver pensando, posto ser o próprio pensamento quem lhe revela seu ser (Descartes, 1973, 102). Assim, fora do pensamento, ou melhor, no tempo em que não estiver pensando em si mesmo, o eu deixa de ser ou existir. Não há nada no eu pensante que possa lhe garantir subsistência no tempo. O tempo, de sucessão contínua, assinala uma ruptura, uma falta no eu pensante que não pode subsistir sem pensar somente em si mesmo.

Pode-se perceber em Descartes dois modos distintos de existência: o primeiro se resume naquele instante em que o eu pensa

efetivamente em si mesmo e somente em si, colhendo-se como uma substância pensante. Nesse momento, nada sucede ao eu. O eu é, e somente ele é. O eu existe na mais absoluta solidão. Há, portanto, um tempo que não sucede aquele instante: o instante em que o eu é absorvido pelo próprio eu. É o instante em que o eu se descobre como um “eu sou”. Mas há um outro modo: o modo de existir em um tempo de sucessão contínua. O tempo em que o eu não se encontra absorvido consigo mesmo. Este tempo é aquele que pode ser dividido infinitamente. É um tempo em que um instante não se liga a um outro que o antecede, nem a um outro que o sucede. Nesse tempo da divisibilidade infinita, o eu que pensa não tem o poder de subsistir por si mesmo. Nada há no eu que garanta que ele, que existe agora, exista no instante seguinte (Descartes, 1973, p. 118). Este poder de conservar-se na existência no interior de um tempo de sucessão contínua, de pura fluidez, reside em um outro que não é o eu pensante. Este outro é o próprio Deus.

Mas Descartes não pode sair do eu pensante para poder chegar à existência de Deus, pois sair de si, neste momento, redundaria em perder a própria experiência da existência, posto o eu existir somente enquanto estiver pensando em si efetivamente (Descartes, 1973, p. 102). Somente no eu pensante é que o filósofo pode encontrar algo que o ligue a Deus. A idéia é, portanto, a única via que se abre do eu (puro pensamento) a Deus (perfeito/infinito). Em sua infinita potência, Deus não cria uma vez por todas, Ele recria constantemente. Um tempo divisível, exige uma criação contínua (Descartes, 1973, p. 118).

Pelo viés da onipotência divina, que não só cria, mas conserva continuamente a substância, o eu pensante subsiste no interior da sucessão contínua do tempo. Na fluidez do tempo, o eu existe, embora não pense em si atualmente. O Deus incessantemente criador de Descartes, sustenta o eu no tempo.

Descartes chega à existência de Deus através da idéia de perfeição/infinidade que ele encontra no eu que pensa. Esta idéia foi depositada por Deus no momento da criação: “e certamente não se deve achar estranho que Deus, ao me criar, haja posto em mim esta

idéia para ser como que a marca do operário impressa em sua obra” (Descartes, 1973, p. 120).

Embora o eu que pensa, absorvo em si mesmo, experimenta a si sem sucessão, para existir no interior do tempo, necessita do Deus criador. Posto ser criatura e, portanto, necessitar daquele que É para ser ou existir, o eu é contingente. Mas essa contingência, Descartes a estende no instante da criação. Neste momento Deus assinala sua criatura com a idéia de perfeição/infinidade: única via de acesso a ele. Ora, sendo Deus perfeito/infinito, de uma infinidade atual, uma vez que é perfeito, somente ele é necessário, eterno e infinito, ou melhor: sendo Deus o que é, Ele existe necessariamente.

O eu que começa sua trajetória na solidão da escolha de duvidar; que num primeiro momento descobre o seu ser na solidão do pensar a si e somente a si, descobre-se, logo em seguida, devido à exigência de um tempo de contínua fluidez, que não existe sozinho no mundo. A descoberta que o uso da razão lhe propicia é que para ser (existir), o eu necessita daquele que É. Com efeito, o próprio ato de pensar em si remete o eu a pensar em Deus.

Pelo simples fato de Deus me ter criado, é bastante crível que ele, de algum modo, me tenha produzido à sua imagem e semelhança e que eu conceba essa semelhança (na qual a idéia de Deus se acha contida) por meio da mesma faculdade pela qual me concebo a mim próprio. (Descartes, 1973, p. 120).

Pelo uso da razão, Descartes conhece a si mesmo como aquele que existe porque pensa, bem como conhece a existência divina. Mas o eu que existe porque pensa não só existe enquanto pensa. O Deus bondoso e veraz conserva o eu no interior de um tempo de fluidez constante. Sendo a existência uma das perfeições, somente o ser perfeito a possui como inerente à sua própria essência. Os demais seres só podem existir se o Ser Perfeito conservá-los na existência. A existência do eu liga-se, pois, a existência de Deus.

2 O eu e a existência em Pascal

Pascal começa o fragmento B.469; L. 135 dos *Pensamentos* afirmando a possibilidade da não existência: “sinto que posso não

ter existido”. Ora, o sentimento não possui a evidência das idéias. Todo sentimento é confuso, obscuro para a razão. Se assim é, por que o autor logo acrescenta que o “eu consiste no meu pensamento”? Se a consistência do eu deve-se ao pensamento – o que permite a Descartes a evidência imediata: “Penso logo existo” – por que Pascal introduz o sentimento? O sentimento desfruta também de uma evidência imediata?

2.1 O coração em Pascal

O coração representa em Pascal o dinamismo da alma. Várias expressões pascalianas mostram esse dinamismo: “os movimentos do meu coração” (Pascal, 1963, p. 363); “todos os movimentos naturais de meu coração” (Pascal, 1963, p. 363); a alma “não pode deter seu coração” (Pascal, 1963, p. 291). O coração é apresentado por Pascal como agitado, dilacerado: “só sofremos à proporção que o vício, que nos é natural, resiste à graça sobrenatural. O nosso coração sente-se dilacerado entre esses esforços contrários”. (B.498; L. 924).

No opúsculo *De l'art de persuader*, Pascal apresenta o coração como sinônimo da vontade:

Ninguém ignora que há duas entradas por onde as opiniões são recebidas na alma, que são suas duas principais potências, o entendimento e a vontade. A mais natural é a do entendimento, pois não se deveria jamais consentir senão às verdades demonstradas; mas a mais comum, embora contra a natureza, é a vontade ... Eu não falo aqui das verdades divinas ..., pois elas estão infinitamente acima da natureza: Deus somente pode pô-las na alma, e pelo modo que o agrada ... Falo, pois, apenas das verdades do nosso alcance; e é delas que digo que o espírito e o coração são como portas por onde elas são recebidas na alma, mas que bem poucos encontram pelo espírito, enquanto elas lá são introduzidas em multidão pelos caprichos temerários da vontade, sem o conselho do raciocínio. (Pascal, 1963, p. 355).

Como sinônimo de vontade, o coração pascaliano é aquele que pode tender para Deus ou para as criaturas: “ele se endurece contra um ou outro, à sua escolha” (B.277; L. 423).

Mas o coração pascaliano não é revestido somente de uma função volitiva. Ele é também revestido de uma função cognitiva: “conhecemos a verdade não só pela razão, mas também pelo coração” (B. 282; L. 110). A razão encontra a verdade de maneira mediata, ligando as idéias ela chega a conclusão, ou em outros termos, através das premissas chega-se a conclusão. Por isso ela necessita do discurso, pois neste, valendo-se do princípio da contradição, ela demonstra a verdade. Esta, portanto, é atingida pela razão de modo indireto. O coração, ao contrário, atinge o verdadeiro de maneira imediata, não necessitando do discurso. Logo, ele chega à verdade diretamente: “coração, instinto e princípios” (B. 281; L. 155). Devido a esta dupla função é que o coração mostra-se apto a receber Deus.

Por chegar à verdade diretamente, o coração pascaliano apresenta-se, em sua função cognitiva, como intuição. Ele se opõe ao discurso, pois conhece os primeiros princípios: “e é em vão que o raciocínio, que deles não participa, tenta combatê-los” (B.282; L. 110). O coração possui um grau de certeza superior à razão: os primeiros princípios “estão em uma extrema clareza natural, que convence a razão mais poderosamente que o discurso” (Pascal, 1963, p. 352).

Ao descrever o modo direto que o coração conhece os primeiros princípios, Pascal apresenta-o como aquela potência apta a receber. Dessa maneira, o coração se distingue da razão que constrói seu objeto: “a natureza recusou-nos esse bem e só nos deu, ao contrário, muito poucos conhecimentos dessa espécie; todos os outros só podem ser adquiridos pelo raciocínio”. (B. 282; L. 110).

Por conhecer imediatamente os primeiros princípios, o coração serve de base para a razão: “e sobre esses conhecimentos do coração e do instinto é que a razão deve apoiar-se e basear todo o seu discurso” (B. 282; L. 110). O coração é, portanto, o ponto de partida para a razão e, por ser assim, ele é superior à razão discursiva.

O coração pascaliano é aquela potência que exerce também o poder de sentir; “o coração sente que há três dimensões no espaço

e que os números são infinitos” (B. 282; L. 110). Esse modo de conhecer apresenta-se próximo do instinto. Ele remete, então, a dimensão corporal do homem: “prouvesse a Deus que ... conhecêssemos todas as coisas por instinto e por sentimento!” (B. 282; L.110).

Pascal atribui ao coração a consciência moral. É nele, como sinônimo de vontade, que o homem encontra, conforme sustenta Philippe Sellier, “suas tendências ignoradas, ou seus desejos conscientes, suas decisões, suas alegrias ou seus remorsos” (Sellier, 1970, p. 135). “A memória, a alegria são sentimentos” (B. 95; L. 646). Assim, o coração aparece como aquela potência na qual o homem experimenta seus sentimentos de dor ou de prazer: “o coração sente-se dilacerado por esses esforços contrários” (B. 498; L. 924). Esforços estes entre a caridade e a cupidez. A ele, portanto, pertence a consciência moral.

Com o termo coração – o qual exerce a função volitiva, a função cognitiva e a consciência moral – Pascal designa a profundidade da alma. Sendo assim, o coração representa nosso ser verdadeiro, o homem no mais profundo do seu ser. É nele, portanto, que o homem conhece a si mesmo.

Por ser o sentimento próprio do coração, por estar próximo do instinto, bem como, pelo fato de o coração, em sua função cognitiva, propiciar um conhecimento imediato, Pascal pode sustentar que: “sinto que posso não ter existido”. Pelo sentimento do coração, ou seja, por uma espécie de instinto, o eu sabe que há a possibilidade de sua não existência. Ora, esse sentimento (instinto) não revela, por si mesmo, a consistência do eu. Não é pelo fato de sentir que eu penso. Por que, então, Pascal, logo após afirmar que sente poder não existir, acrescenta: “pois o eu consiste no meu pensamento”?

O sentimento da possibilidade da não existência do eu está ligado à existência ou não existência de sua mãe, ou seja, está ligado à contingência do eu. Não àquela situada na origem da criação, como em Descartes, mas aquela da duração da existência do eu no tempo, a qual se deve a inúmeros acasos: “minha mãe não ter

morrido antes de eu ter sido animado”. Se, por um lado, a contingência do eu leva-o a ter tais e tais sentimentos, por outro lado, o eu, que pensa, só pode pensar a partir de sua contingência, a partir de sua insuficiência. Enquanto o eu cartesiano extrapola a ordem do vivido e, no universo metafísico, colhe-se a si mesmo como puro pensamento; o eu, para Pascal, cuja dignidade consiste no pensamento, só pode pensar a si mesmo na ordem do vivido. É nessa ordem de sucessão contínua, que sua existência depende da existência, não de um Ser por excelência, mas de um outro ser que, assim como o eu, também se encontra encerrado nessa mesma ordem.

O eu cartesiano se descobre como um eu sou, no momento em que o eu pensante não vislumbra nada que o suceda. Diante do “Deus enganador”, e prescindindo do tempo, o eu subsiste. A única ameaça à existência do eu pensante deve-se a sua existência no interior do tempo. Em um tempo composto de infinitas partes, entre as quais não há ligações de nenhuma espécie, não há nada no eu (puro pensamento) que o mantenha no instante seguinte. O Deus necessário, eterno e infinito, torna-se imprescindível para que o eu possa existir no interior de um tempo infinitamente divisível.

O eu pascaliano não pode se descobrir como um eu sou, tal como em Descartes. Preso à contingência (duração no tempo), o “eu penso” só pode pensar à existência sem prescindir do tempo. Renunciando a uma metafísica que põe os seres diante do Ser, aqueles são lançados em um mundo de acasos. Com efeito, só se pode pensar a existência considerando os inúmeros acasos que a envolve. Envolto em um tempo que o antecede e que o sucede, como o eu pode descobrir-se como um “eu sou”?

Eu vejo esses apavorantes espaços do universo que me encerram ..., sem que eu saiba ... porque esse pouco de tempo que me foi dado a viver me é assinalado a esse ponto antes que a um outro de toda a eternidade que me precedeu e de toda aquela que me segue. Eu não vejo senão os infinitos em todas as partes, que me encerram como um átomo e como uma sombra que dura somente um instante sem retorno (B. 194; L. 427).

Conhecendo sua contingência, considerando os acasos que envolvem sua existência, o eu “que pensa” descobre-se, não como um eu sou, mas como um ser não necessário, nem eterno, nem infinito. A sua própria condição no interior do tempo leva-o a descobrir sua finitude. Não é, portanto, diante de um Ser Perfeito que ele descobre sua imperfeição.

Em Descartes, o eu encontra, na mesma faculdade que em que ele descobre-se como um eu pensante, a idéia de perfeição/infinidade. Partindo do princípio que “todo efeito tem uma causa”, a idéia de perfeição/infinidade tem também uma causa. Esse princípio é associado a um outro: deve haver alguma realidade no efeito que já esteja contido na causa, pois, caso contrário, o efeito não poderia ser efeito de tal causa. Ora, o eu que duvida, que quer, que não quer, imagina, pensa, sente, afirma, nega ... não pode ser a causa de uma tal idéia, pois tudo isso implica imperfeição, o efeito não poderia ser efeito de tal causa. A causa da idéia de perfeição/infinidade só pode ser um ser perfeito/infinito. Descobrimo a causa da idéia de perfeição/infinidade, o eu descobre, ao mesmo tempo, “que não existe sozinho no mundo”.

A descoberta do eu cartesiano de que é ou existe se dá diante de um “Deus enganador”. Mesmo que haja um Deus imperfeito (enganador), “eu sou, eu existo”. A partir da idéia de perfeição/infinidade, cuja causa é um Ser perfeito/Infinito, o eu se descobre como um ser imperfeito que, para existir no tempo, necessita da ação criadora contínua de Deus. Ora, o eu cartesiano não chega ao conhecimento de sua imperfeição a partir de si mesmo, de sua condição de ser existindo no interior de um tempo: “como uma sombra que passa”, ele descobre-se como um ser imperfeito somente diante de um Ser Perfeito.

O Deus cartesiano, assim como para Pascal, é um ser necessário, eterno e infinito. Descartes chega ao conhecimento dessa verdade, tal como vimos, pela idéia de Perfeição/Infinidade presente no eu pensante. Essa idéia, segundo o filósofo, foi depositada como “sementes de verdade” pelo próprio Deus no momento da criação: “como a marca do operário impresso em sua obra” (Descartes, 1973,

p. 120). Tal idéia é o último vestígio de Deus em sua criação. Assim, a única via possível para estabelecer o mundo em sua verdade é ir do eu (que pensa) a Deus e de Deus ao mundo.

Em Pascal não há via possível para ir do eu a Deus e de Deus ao mundo. O que se verifica nos *Pensamentos*, especificamente, não é uma passagem entre o eu, Deus e o mundo, mas uma ruptura. O fragmento B.469; L. 135 que está sendo analisado assinala nitidamente essa ruptura. Ao empregar o termo “*veja bem*”, o autor refere-se nitidamente ao coração. *Ver bem* significa ver claramente, porém não em uma evidência racional como em Descartes, mas uma visão imediata própria do coração. A razão para Pascal é a faculdade que permite estabelecer relações. Só é possível estabelecer relações entre as coisas em que há proporções. Entre a contingência do eu e a necessidade de Deus, entre a duração do eu no tempo e a eternidade divina, entre a finitude humana e a infinitude do Ser por excelência não há proporção alguma. Assim, na última frase que fecha o fragmento: “mas vejo bem que há na natureza um ser necessário, eterno e infinito”, Pascal está se referindo a evidência imediata do coração.

A primeira parte do fragmento, o eu é posto a pensar em sua própria contingência, sem sair dela. Neste pensamento, e diante dos acasos que envolvem a sua existência no tempo, o eu conclui acerca de sua não necessidade, não eternidade e não infinitude. Essa conclusão a que chega o eu que pensa, não está vinculada ao acréscimo verificado na última frase do fragmento. “Mas vejo bem”, no mundo (natureza) que “há um ser necessário, eterno e infinito”. Isto porque, o eu, para pensar em si, emprega a razão, enquanto para relacionar-se a Deus somente é possível pelo coração: faculdade da desproporção.

A evidência do coração, em Pascal, não se traduz como uma idéia, mas como um sentimento. Ora, o sentimento, devido a sua imediatez, não permite ao eu ter consciência de seu próprio sentimento, pois no instante em que o eu tem consciência de seu sentimento, este deixa de ser o que é. A consciência do sentimento anula o próprio sentimento: o eu não sente mais, ele percebe sentir.

Perceber não é sentir. Se assim é, o sentimento não é representativo como a idéia. Contudo, ele também é revestido de uma evidência e de uma evidência imediata: “*veja bem*”.

Se é pelo sentimento imediato do coração que o eu, que pensa, “*vê bem*” que há, na natureza, um ser necessário, eterno e infinito, isso implica que, em Pascal, não há vestígios da divindade, nem como idéia no eu pensante, como em Descartes, nem na natureza, como para os medievais. Com efeito, não se vai a Deus, nem pelo pensamento (razão), nem pela natureza. O último refúgio de Deus no homem se dá pelo sentimento, pelo desejo do Ser. Esse sentimento, desejo do Ser é próprio do coração e, por isso, confuso à razão posto não ser representativo.

Ao atribuir ao coração, faculdade da desproporção, o último refúgio de Deus no homem, Pascal ressalta a ruptura entre razão e coração. Pela razão (faculdade da proporção), o homem é incapaz de vincular o mundo, concebido infinitamente, a Deus; bem como vincular a existência humana à existência divina. Assim, o que se encontra sublinhado no fragmento B. 469; L. 135 dos *Pensamentos*, entre outros, são as cesuras entre Deus, homem e mundo. Ora, são essas cesuras que permitem a Pascal manter intacta a solidão humana inaugurada por Descartes. O eu solitário, envolto consigo mesmo permite à Pascal mostrar que o homem, longe de Deus, encontra-se à deriva e, como consequência disso, o que se encontra no homem é sua insuficiência.

Nesta solidão, o homem pode preparar-se a receber algo que o transcende: a fé. Todavia, a fé, as incertezas que ela envolve, uma vez que é ela dom divino e, portanto, pode faltar a qualquer momento, não arranca o homem da solidão: a solidão de escolher abrir-se às verdades divinas; a solidão de não poder contar com nenhuma recompensa; a solidão da busca de um Deus que não se deixa encontrar pela razão, de um Deus que se esconde.

O fragmento B. 469; L. 135 ao tratar da existência do eu e de Deus, tem como fonte inspiradora o eu solitário de Descartes. Ao procurar mostrar a impossibilidade de passar, via racional, da existência do eu à existência de Deus, Pascal mantém na solidão o

eu penso cartesiano. Ora, isso é estratégico para a intenção de Pascal ao escrever seus *Pensamentos*: apologia da religião cristã. Mantendo o homem na solidão, ele pode suscitá-lo a buscar Deus.

Referências

DESCARTES, R. *Meditações Metafísicas*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

MICHON, H. *L'ordre du coeur: philosophie, théologie et mystique dans les Pensées de Pascal*. Paris: Honoré Champion, 1996.

PASCAL, B. *Oeuvres complètes*. Organização por Louis Lafuma. Paris: Seuil, 1963.

_____. *Pensamentos*. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os Pensadores).

_____. *Pensamentos*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SELLIER, P. *Pascal et Saint Augustin*. Paris: A. Colin, 1970.